

O (Oil &) Gás em Moçambique e o seu papel na transição energética

País	Portugal	Circulação	29973
Meio	Online	AAV	4832.56

Tópicos: [SRS Legal](#), [SRS Legal Equipa](#), [Advocacia](#)

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-oil-gas-em-mocambique-e-o-seu-papel-na-transicao-energetica/>

A transição energética é fundamental para o desenvolvimento económico, mas também para responder às alterações climáticas. Numa série de 11 artigos de opinião, membros da Federação de Advogados de Língua Portuguesa avaliam as diferentes geografias da lusofonia. Este é o oitavo, sobre Moçambique.

Dotado de um potencial energético de assinalável expressão, Moçambique reúne condições muito específicas, que permitem suprir não apenas as suas necessidades energéticas internas, mas também contribuir de forma decisiva para o abastecimento de toda a região da África Subsariana e projetar o país como um potencial fornecedor estratégico para mercados internacionais, especialmente da Ásia.

No entanto, enquanto Estado em desenvolvimento e signatário do Acordo de Paris, enfrenta uma pressão crescente de avançar para uma economia de baixo carbono, alinhando-se com os objetivos globais de descarbonização.

A questão que se coloca é a de saber de que forma um país com níveis tão elevados de pobreza energética, ainda com faltas essenciais de rede de distribuição e de acesso generalizado à população, pode conciliar a exploração dos seus recursos naturais com os compromissos internacionais em matéria ambiental, e de que modo as suas reservas de gás natural podem funcionar (ainda que, ou pelo menos) de forma transitória, como um instrumento de desenvolvimento sustentável e não como um obstáculo à descarbonização.

No presente artigo procuramos abordar, de forma breve, o contexto do oil & gás em Moçambique, o estado atual das energias renováveis neste país, a relevância jurídica e estratégica do gás natural na transição energética, e os desafios e oportunidades que se colocam ao país nas próximas décadas.

O Desenvolvimento Sustentável em África , em especial em Moçambique

A título de introdução, cumpre fazer referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em África e da Agenda 2063 da União Africana, cujo objetivo principal é apoiar os governos africanos, organizações não-governamentais, instituições regionais, organizações de pesquisa e desenvolvimento (I&D;), entre outros, na abordagem da questão das alterações climáticas e relevantes desafios conexos.

De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável em África 2024, África demonstrou uma resiliência e um empenho notáveis na luta contra as alterações climáticas (Objetivo 13), e continuam a ser envidados esforços

para melhorar a redução do risco de catástrofes, embora o número de países que estabeleceram estratégias nacionais e locais de redução do risco de catástrofes continue a ser de apenas 29 em 54, desde 2015. O financiamento da ação climática em África torna-se fundamental, apesar de apenas 29,5 mil milhões de dólares, dos 2,8 biliões de dólares necessários entre 2020 e 2030, terem sido mobilizados para que os países africanos implementem os seus Nationally determined contributions (NDC) ao abrigo do Acordo de Paris.

Especificamente em Moçambique, em 2021 foi aprovado o “Programa Nacional Industrializar Moçambique” (PRONAI: 2021-2035), alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia de Industrialização da SADC 2015 , 2063, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END) e a Política e Estratégia Nacional de Investimento.

O PRONAI assenta em componentes fundamentais para a dinamização da industrialização tais como o “desenvolvimento de infraestruturas, melhoria do ambiente de negócios, aprimoramento do conteúdo local e capacitação do sector Público e Privado”.

A perspetiva, até 2030, é de conseguir melhorar a balança comercial de Moçambique, através (i) da substituição das importações, de 0% a 15%; (ii) o aumento das exportações de produtos industriais, em cerca de 15%; (iii) a garantia do crescimento sustentado do peso da indústria transformadora, aumentando a sua contribuição no PIB, de 8.5% para 14%; e (iv) a geração de mais postos de trabalho na indústria transformadora, em mais de 100%.

Verifica-se, no entanto, que os relevantes projetos do gás no norte de Moçambique, na Bacia de Rovuma, que atraíram investidores internacionais como a EXXON, a TOTAL e a ENI, para além de outras companhias de oil & gas da Ásia e do Médio Oriente, tem posto uma enorme pressão no tipo de desenvolvimento pretendido, na sustentável exploração dos recursos naturais e na capacitação do tecido económico e empresarial local.

As operações de oil & gas em Moçambique são já sujeitas a várias autorizações e obrigações ambientais legalmente estabelecidas, para além das obrigações que cada um dos investidores já tem internamente e por pressão dos seus acionistas e stakeholders, mas será tudo isto suficiente na transição energética que se procura atualmente?

As energias renováveis em Moçambique

Moçambique tem um extenso potencial para energias renováveis. Segundo o relatório sobre renováveis em Moçambique, de 2024, da ALER e AMER, o Atlas das Energias Renováveis de Moçambique, publicado pelo FUNAE (Fundo de Energia) em 2014, indica um potencial total de 23.026 GW, que corresponde a 7.537 MW de projetos prioritários, entre os quais se destacam 599 MW de solar, 5.645 MW de hídrica e 1.146 MW de eólica.

De acordo com dados do FUNAE (Fundo de Energia) e do relatório da IRENA (International Renewable Energy Agency) relativo ao perfil energético de Moçambique, a energia hidroelétrica representa a grande maioria da capacidade instalada de geração elétrica do país.

Segundo o relatório “Mozambique Energy Profile” da IRENA (2022), a quota de energias renováveis na geração de eletricidade em Moçambique situava-se acima de 99%, dado que a grande maioria da eletricidade gerada internamente provém de fontes hídricas. Contudo, o consumo total de energia final do país, incluindo biomassa para uso doméstico (lenha e carvão vegetal), apresenta um perfil distinto, com a biomassa tradicional a representar mais de 80% do consumo total de energia primária da população, segundo estimativas do mesmo organismo. Isso mesmo se verifica ao longo das estradas, com a venda de carvão vegetal. Esta dependência da biomassa não é

ambientalmente neutra, dado que implica desmatamento e emissões de partículas.

Em 2025, Moçambique aprovou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025-2044 (ENDE), através da Resolução 16/2025, de 12.05, que define as metas de desenvolvimento do País, quantificando e qualificando-os em objetivos, indicadores e metas indicativas para um horizonte temporal mínimo de 20 anos, tendo como objetivo central promover o desenvolvimento sustentável, inclusivo, resiliente e equitativo do País, sustentado pela estabilidade política, crescimento económico diversificado e transformador, e fortalecimento institucional, visando a melhoria da qualidade de vida, a redução das desigualdades e a coesão social e territorial, reconhecendo explicitamente o papel do gás natural como alavanca de desenvolvimento económico e como fonte energética de transição.

A ENDE 2025-2044 apresenta, precisamente, como objetivo específico:

“facilitar a transição energética sustentável, promovendo políticas públicas, incentivos e investimentos que priorizem fontes de energia renováveis e limpas, reduzindo a dependência de fontes fósseis, como o carvão e o petróleo, e expandindo o uso do gás natural como combustível de transição, garantindo a segurança energética e a sustentabilidade ambiental a longo prazo.”

Por outro lado, o Conselho de Ministros aprovou, no final de 2025, através da Resolução 37/2025, de 06.11, a Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC) 2025,2034, que define a visão, a missão e o plano de ação para mobilizar e aplicar, de forma transparente e eficiente, recursos nacionais e internacionais destinados à ação climática, alinhando políticas públicas, sistema fiscal e sistema financeiro com compromissos internacionais e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025,2044.

Esta Estratégia projeta necessidades na ordem de 37,2 mil milhões de dólares até 2030 para alcançar a resiliência climática do capital humano, físico e natural de Moçambique, que deverão ser mobilizados junto de parceiros internacionais e do sector privado, mas também através da criação de mecanismos internos de sustentabilidade, o que se afigura algo ambicioso.

O compromisso de providenciar energia de qualidade, acessível e sustentável a todos os Moçambicanos até 2030 já tinha sido assumido pelo Governo de Moçambique ao lançar o Programa Energia para Todos, coordenado pelo MIREME. Em 2024, a taxa de eletrificação total verificada foi de 60,1% dos quais 50,5% garantidos através da rede elétrica e os restantes 9,6% por sistemas fora da rede. Em 2024, os valores totais de novas ligações já se encontram bastante próximos dos valores necessários para atingir as metas previstas dos próximos anos, permitindo prever que a taxa de eletrificação total possa vir a ser alcançada.

O FUNAE , Fundo de Energia, tem desenvolvido programas de eletrificação rural baseados em sistemas fotovoltaicos isolados (off-grid) e mini-redes, visando comunidades não ligadas à rede nacional, enquanto o Plano de Eletrificação de Moçambique (PEM) e a Estratégia de Energia 2030 preveem o aumento substancial da capacidade renovável instalada, com destaque para o solar fotovoltaico.

Por seu turno, também a empresa de eletricidade de Moçambique, a Electricidade de Moçambique, E. P. (EDM) apresentou, entre os dias 17 e 18 de Março de 2026, em Bruxelas, o Programa RENMOZ 2026, que se trata de uma iniciativa estratégica orientada para o desenvolvimento e transformação do Sector Energético Nacional.

No âmbito deste Programa destacam-se projetos estruturantes que visam a expansão da Rede de Transporte de energia elétrica, a integração de fontes renováveis e o fortalecimento das interligações regionais, que constituem fatores essenciais para garantir a segurança energética e impulsionar o desenvolvimento económico do País.

Foi igualmente apresentado o Projecto do Centro Nacional de Controlo (NCC), que consiste numa infraestrutura estratégica que permitirá a monitorização e gestão, em tempo real, do Sistema Elétrico Nacional, reforçando a eficiência operacional, a integração de energias renováveis e a participação de Moçambique no mercado regional de energia elétrica.

Desta forma, esta iniciativa reforça o compromisso da EDM em garantir uma transição energética sustentável, inclusiva e orientada para o futuro, visando posicionar Moçambique como um ator relevante no panorama energético regional e internacional.

O impacto (positivo) do gás como vetor da transição energética do país

Moçambique é detentor de algumas das maiores reservas de gás natural da África Subsariana, descobertas na Bacia de Rovuma, na província de Cabo Delgado, no Norte do País.

Com especial impacto, as descobertas de gás natural offshore na Bacia do Rovuma, lideradas por consórcios internacionais como a TotalEnergies (Área 1) e a EXXON/ENI (Área 4, através da Coral FLNG), transformaram radicalmente o perfil energético e económico de Moçambique. Estima-se que as reservas de gás natural descobertas ultrapassem os 100 triliões de pés cúbicos (TFC), colocando Moçambique entre os dez países com maiores reservas de gás natural a nível mundial, segundo dados do Instituto Nacional de Petróleo (INP) de Moçambique.

A primeira exportação de Gás Natural Liquefeito (GNL) ocorreu em junho de 2022, através do FLNG da Coral Sul, operado pela ENI, o que se tratou de um marco histórico para o país.

Como noticiado em maio 2025, o país arrecadou mais de 180 milhões de euros no primeiro projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) produzido pela plataforma Coral Sul na bacia do Rovuma, o que demonstra claramente o potencial de Moçambique neste tipo de projetos.

Como também avançado na mesma notícia, desde o início da produção, em novembro de 2022, já foram feitos 104 carregamentos, num projeto que conta com um investimento de cerca de sete mil milhões de dólares (6,2 mil milhões de euros). Tendo, no total, o país arrecadado à data, 206 milhões de dólares, dos quais 65 milhões de dólares (57 milhões de euros) referentes a impostos sobre a produção de petróleo, 134 milhões de dólares (119 milhões de euros) de “petróleo lucro” e sete milhões de dólares (6,2 milhões de euros) em bônus de produção.

De acordo com um estudo elaborado pela consultora Deloitte, em 2024, as reservas de GNL de Moçambique representam receitas potenciais de 100 mil milhões de dólares (96,2 mil milhões de euros), destacando a importância internacional do país na transição energética.

No debate global sobre transição energética, o gás natural ocupa uma posição controversa mas relevante: apesar de frequentemente denominado como “combustível de transição”, por emitir aproximadamente metade do CO2 por unidade de energia comparativamente ao carvão ou ao petróleo, o gás natural é visto por muitos especialistas e instituições, incluindo a Agência Internacional de Energia (AIE), como um instrumento temporário que permite descarbonizar setores que dependem quase exclusivamente de combustíveis mais poluentes, enquanto as renováveis escalam.

Para Moçambique, esta questão assume uma dimensão adicional, uma vez que o país não é atualmente um grande emissor de gases com efeito de estufa a nível global, e a sua responsabilidade histórica nas alterações climáticas é marginal.

De um ponto de vista da política energética doméstica, o gás natural pode desempenhar um papel fundamental em Moçambique em várias dimensões:

- a) Substituição da biomassa tradicional: A disponibilização de gás natural, ou, em alternativa, de gás de petróleo liquefeito (GPL), para uso doméstico e industrial poderia substituir a dependência da lenha e do carvão vegetal, reduzindo significativamente as emissões locais de partículas, o desmatamento e os impactos na saúde pública. Esta substituição é, em si mesma, uma forma de transição energética adaptada à realidade africana.
- b) Geração elétrica e estabilidade da rede: A construção de centrais termoelétricas a gás natural, como a Central Térmica de Ressano Garcia, na província de Maputo, que permite diversificar a matriz de geração elétrica e reduzir a vulnerabilidade do sistema à variabilidade hidrológica (seca).
- c) Financiamento da transição: As receitas geradas pela exportação de GNL podem e devem ser canalizadas para o financiamento de investimentos em energias renováveis, eficiência energética e infraestruturas de transmissão, criando, assim, umnexo virtuoso entre a exploração do gás e a descarbonização progressiva da economia.

Os Riscos e Conclusões:

Um dos riscos identificados por organizações como a AIE e o IPCC é o chamado carbon lock-in, ou seja, o risco de que os investimentos massivos em infraestruturas de gás natural criem dependências de longo prazo que dificultem ou atrasem a transição para renováveis.

Para Moçambique um dos principais riscos da transição energética está associado à forte dependência do país dos combustíveis fósseis, especialmente o oil & gas, e à medida que os mercados globais mudam para fontes de energia renováveis e são implementadas regulamentações ambientais mais rigorosas, o país pode enfrentar repercussões económicas significativas.

Para Moçambique, este risco existe, tendo já sofrido pela fuga de alguns investidores europeus, mas é mitigado, desde logo, por dois fatores: a natureza maioritariamente orientada para exportação dos projetos de GNL (o gás é exportado, não consumido internamente em grande escala); e a existência de um quadro jurídico que pode ser orientado para maximizar a utilização interna do gás como substituto da biomassa.

Assim, apesar de Moçambique ainda se encontrar muito dependente do oil & gas no que respeita não só ao abastecimento interno, mas também às exportações intensivas em carbono, verifica-se que o Gás Natural se apresenta como uma forte e muito viável alternativa que poderá permitir, em larga escala, que Moçambique cumpra com as metas e objetivos de transição energética na próxima década.

O gás natural, neste contexto, não deve ser visto como um adversário da transição energética, mas como um instrumento (transitório, mas essencial) que pode financiar o desenvolvimento das renováveis, substituir combustíveis mais poluentes e garantir a estabilidade do sistema elétrico nacional enquanto a capacidade renovável escala.

Somos, assim, da opinião de que Moçambique dispõe de todos os ingredientes necessários para converter o risco da “maldição dos recursos” numa oportunidade histórica de desenvolvimento, desde que saiba gerir o gás não como um fim em si mesmo, mas como um ponto de partida para uma economia energética sustentável, inclusiva e autónoma.

José Luís Moreira da Silva, Sócio da SRS e presidente do Conselho Diretor da ASAP

01 May 2026, 00:07

José Luís Moreira da Silva, Sócio da SRS e presidente do Conselho Diretor da ASAP